

PPSUS na Paraíba é aliado da gestão da Atenção Básica

A edição 2006 do Programa de Pesquisa para o Sistema Único de Saúde (PPSUS) da Paraíba mostrou que projetos em ciência e tecnologia podem ser aliados na gestão da saúde. Os resultados das 11 pesquisas aprovadas foram apresentados no dia 9 de abril, em João Pessoa (PB). A maioria trata da atenção básica à saúde e, em geral, os trabalhos seguiram três linhas temáticas: Sistemas e Políticas de Saúde/Gestão, Farmacologia Vegetal, e Bioativos e Saúde Coletiva. O evento aconteceu no auditório da Universidade Federal da Paraíba e foi organizado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (Fapesq-PB). Para este edital, foram destinados R\$ 427,5 mil.

Estiveram presentes no seminário a consultora técnica do Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde (Decit/MS), Ana Raquel Garcia; a representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Sara Campos; o gerente de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos

e da Ciência e Tecnologia (Semarh), Eriberto Rodrigues; o representante da Secretaria de Saúde do Estado, Geraldo Gomes; o vice-diretor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Reinaldo Nóbrega; além do presidente da Fapesq, Michel François Fossy. Os participantes ressaltaram a importância da aplicabilidade das pesquisas para o SUS e para o fortalecimento do sistema no Estado.

O PPSUS foi criado pelo Ministério da Saúde, em parceria com as secretarias de Saúde de cada estado, as fundações de Amparo à Pesquisa e o CNPq. O programa apóia financeiramente o desenvolvimento de pesquisas que contribuam para resolução dos problemas prioritários de saúde da população local e brasileira e para o fortalecimento da gestão do SUS.

Segundo a técnica do Decit/MS, Ana Raquel Garcia, o evento mostrou, de maneira geral, que a Paraíba apresenta um grande crescimento na sua capacidade técnico-científica, mas ainda existe uma carência de investimentos

em Ciência e Tecnologia no Estado. “Alguns pesquisadores apresentaram resultados parciais, já outros mostraram resultados completos e até publicações em revistas especializadas”, destacou.

O presidente da Fapesq, Michel François Fossy, destacou a importância do programa para o Estado e elogiou o nível das pesquisas apresentadas com temas prioritários para os paraibanos. “Os resultados apresentados irão proporcionar melhorias no atendimento à população menos favorecida, observando-se a carência de demanda na atenção básica de saúde de cada região estudada. Isso vai possibilitar também um melhor direcionamento dos recursos”, ressaltou Fossy.



Elda de Araújo / Fapesq

Ao todo, 11 projetos foram aprovados nesta edição do PPSUS

Com a palavra, o gestor

Para 2006, o destaque foi a Atenção Básica, mas o futuro do PPSUS na Paraíba promete mais investimentos e aproximação da pesquisa com a gestão. É o que espera o secretário da Saúde do Estado, José Maria de França, que na entrevista abaixo reforça a importância da ciência no direcionamento das ações públicas na Paraíba. Não perca.

Como a Secretaria de Saúde da Paraíba (SES) se vê inserida no PPSUS?

A SES tem apoiado o programa, inclusive com contrapartida financeira, por entender que as pesquisas para o SUS são de máxima importância na elaboração das políticas públicas de saúde do Estado. Estamos estruturando o Núcleo de Ciência e Tecnologia em Saúde para dar mais visibilidade ao Programa e para garantir que os resultados das pesquisas cheguem às áreas técnicas, podendo ser usadas na elaboração de ações de saúde. Aplicar os resultados dessas pesquisas é um desafio porque ainda se sente uma certa dificuldade, de uma forma geral, no envolvimento das áreas técnicas com esses projetos, mas entendemos que a ciência e a tecnologia são aliadas importantes. Elas impõem nortes para o nosso trabalho à medida que os resultados nos mostram as condições de saúde de um determinado segmento ou região.



Qual o impacto do PPSUS para a saúde da região?

O investimento em pesquisa acaba gerando uma economia na área da saúde, porque traz diagnósticos e evita que se gaste em medicamentos e ações que não resolvem o problema de uma comunidade. O Governo da Paraíba apóia o PPSUS porque o Programa nos ajuda a conhecer a realidade do nosso Estado, permitindo o direcionamento das nossas ações.

Quais temas o senhor sugere para um próximo edital do PPSUS?

Entendemos que há duas áreas que poderiam ser tomadas como prioritárias em editais futuros, por serem estratégicas para a Paraíba: a gestão municipal e o controle social. Não há dúvidas de que esses dois campos precisam ser refletidos e depois aproveitados do ponto de vista da investigação e da intervenção.

Em que podem contribuir as pesquisas apresentadas no Seminário?

Os resultados alcançados nessas pesquisas vão servir de parâmetro e subsídio na definição do processo de planejamento e programação das ações no Estado e nos municípios.

Confira as pesquisas apresentadas no Seminário de Avaliação

Alimentação e Nutrição

Diagnóstico mostra situação alimentar e nutricional de idosos em João Pessoa

Doenças Transmissíveis

Uso de plantas medicinais pode ajudar no tratamento de leishmanioses
Pesquisa avalia ações do Saúde da Família na prevenção da tuberculose
Estudo busca medicamentos mais eficazes para o tratamento das leishmanioses
Substituição de antibióticos por produtos naturais é tema de pesquisa na Paraíba

Saúde da Criança e do Adolescente

Projeto associa mortalidade de adolescentes por causas externas a lesões maxilares

Saúde da Mulher

Caminhada é boa estratégia para condicionamento físico de gestantes

Saúde do Idoso

Idosos com doenças crônicas é foco de pesquisa na Paraíba

Saúde dos Portadores de Necessidades Especiais

Dificuldades de pessoas com deficiência são as mesmas na capital e no interior da PB

Sistemas e Políticas de Saúde

Projeto avalia Programa de Saúde da Família em área rural da Paraíba
Pesquisa avalia descentralização da Atenção Básica na Paraíba

Alimentação e Nutrição

Diagnóstico mostra situação alimentar e nutricional de idosos em João Pessoa

Pesquisa realizada pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) revela o primeiro diagnóstico da situação alimentar, nutricional e das doenças não transmissíveis mais prevalentes em idosos de João Pessoa (PB). Os estudos surgiram da necessidade de averiguar os desequilíbrios e os problemas mais frequentes na alimentação e no estado nutricional nesta população.

Para a coordenadora da pesquisa, a professora Maria José de Carvalho Costa, há uma necessidade de estudos representativos da população de João Pessoa para preencher a lacuna de informações existentes no Estado. Segundo Maria José, o objetivo do estudo é justamente contribuir para conter essa falha com a realização do primeiro balanço da situação alimentar dos idosos da cidade e detectar a situação de risco nutricional e de saúde como um todo, levando em consideração o padrão habitual do consumo de alimentos, associado às doenças crônicas não transmissíveis. “A pesquisa é indispensável para a definição de estratégias e programas de vigilância da saúde”, afirma a professora.

O projeto é um estudo populacional, representado pelos cinco distritos sanitários do município de João Pessoa, com base no censo de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As famílias participantes foram atendidas por uma equipe de nutrição, enfermagem, odontologia e medicina (profissionais e estudantes) em seu próprio domicílio, com autonomia para expressar as suas dúvidas sobre alimentação e bem-estar. Durante a execução da pesquisa, a Secretaria Municipal de Saúde se propôs a assistir o usuário de acordo com suas necessidades e possibilitar a oferta dos serviços específicos de saúde.

De acordo com o resultado final da pesquisa, a maior parte da população idosa de João Pessoa é composta

por mulheres (66,7%), enquanto os homens representam 33,3%. Quanto à escolaridade, 30% dos entrevistados têm apenas o ensino básico e até quatro anos de estudo. No que diz respeito ao orçamento, 29,5% possui renda familiar de mais de cinco salários mínimos.

As doenças mais comuns apresentadas foram hipertensão (59,4%) e diabetes (13,5%), sendo que 67% dos idosos participantes usam medicamentos, entre eles, antidepressivos. Mais de 60%

consomem álcool, 9,6% são fumantes e somente 27,1% praticam atividade física três ou mais vezes por semana durante 30 minutos. Quanto às medidas de peso,

a maioria se encontra na condição de sobrepeso (34,9%) ou obesidade com Índice de Massa Corporal (IMC) acima ou igual a 30 kg/m² (30,1%) e IMC acima de 27 kg/m² (47,6%).

Saiba mais sobre este estudo no [Pesquisa Saúde \(www.saude.gov.br/pesquisasaude\)](http://www.saude.gov.br/pesquisasaude).

2/3 da população idosa de João Pessoa é composta por mulheres

Diagnóstico da situação da população idosa de João Pessoa

• Doenças não transmissíveis

Hipertensão	59,4%
Diabetes	13,5%

• Nutrição

Acima do peso	34,9%
Consomem álcool	60%
Fumantes	9,6%
Praticam ativ.física	27,1%

Título: Primeiro diagnóstico e intervenção da situação alimentar, nutricional e das doenças não transmissíveis mais prevalentes da população do município de João Pessoa (PB)

Instituição: Universidade Federal da Paraíba

Coordenadora: Maria José de Carvalho Costa

Contato: mjc.costa@terra.com.br

Doenças transmissíveis

Uso de plantas medicinais pode ajudar no tratamento de leishmanioses

A constatação da falta de resposta aos medicamentos mais comuns à leishmaniose torna urgente a necessidade de drogas alternativas que suplementem as de uso atual. Dessa forma, as plantas medicinais e a identificação de seus fitoconstituintes podem fornecer novos modelos terapêuticos no tratamento de leishmanioses. É o que aponta a pesquisa realizada pelo professor da UFPB, Demétrius Antônio Machado de Araújo.

Segundo Araújo, o projeto utilizou ferramentas de proteômica para a caracterização de *Leishmania chagasi*, quando exposto ao estresse provocado pelos compostos naturais isolados ajmalicina, cumarina, quercetina e ácido ursínico. “A proteômica permite identificar alvos moleculares para desenvolvimento de novas opções terapêuticas, por meio da busca por proteínas essenciais à sobrevivência do parasita, bem como pode fornecer dados para futuras

pesquisas que viabilizem seu uso na terapêutica clínica”, destaca o pesquisador.

Foi possível estabelecer a transformação *in vitro* das formas promastigotas (móveis, infectantes) em amastigotas axênicas (imóveis, invasivas) do *leishmania chagasi*. Esse resultado contribuiu para novos estudos, pois é possível pesquisar todo ciclo de vida do parasita, sem utilização do hospedeiro invertebrado, bem como do vertebrado, reduzindo assim, a morte do animal de experimentação.

Também foi observada diferença de sensibilidade medicamentosa das formas parasitárias. Esse dado aponta atenção quanto ao uso de medicamento, pois a forma invasiva é a que produz os sintomas da doença, sendo mais frequente que a forma móvel, no estágio crônico da doença.

Saiba mais sobre este estudo no [Pesquisa Saúde \(www.saude.gov.br/pesquisasaude\)](http://www.saude.gov.br/pesquisasaude).

Título: Análise proteômica em *Leishmania chagasi*: avaliação de compostos vegetais isolados com perspectiva farmacológica

Instituição: Universidade Federal da Paraíba

Coordenador: Demétrius Antônio Machado de Araújo

Contato: dam@dbm.ufpb.br

Estudo busca medicamentos mais eficazes para o tratamento das leishmanioses

A busca por melhorias na eficácia dos medicamentos e outras formas afins da saúde é uma constante na rotina dos pesquisadores. Por conta disso, a pesquisa, coordenada pela professora da UFPB, Creusioni Figueredo, dos Santos, analisou medicamentos que tenham uma ação mais específica no tratamento do parasita da leishmaniose e menos efeitos colaterais para o hospedeiro.

O projeto propôs, pela primeira vez, avaliar o potencial de inibição da enzima topoisomerase, extraída do parasita da doença - *leishmania chagasi* - uma vez que este é um promissor e não-explorado alvo terapêutico. Segundo a coordenadora, uma das vantagens do uso destes inibidores seria a descoberta de novas formas para tratar a leishmaniose que favoreçam o acesso ao medicamento. Além disso, a aderência ao tratamento seria favorecida uma vez que o uso de medicamentos inibidores enzimáticos utilizam doses menores que os tradicionalmente em uso.

A pesquisa utilizou pacientes e cães (animal hospedeiro da leishmania), além de analisar moléculas naturais isoladas a partir de vegetação da região. Com a obtenção de substâncias naturais ou semi-sintéticas que

tenham ação sobre o parasita e de baixa ou nenhuma ação sobre o hospedeiro, foi possível introduzir novas espécies de perfil terapêutico, por meio da caracterização plena da ação farmacológica e prováveis agentes ativos. Para a coordenadora do projeto, uma vez comprovada a atividade inibidora dos derivados leishmanicidas, a emergência do desenvolvimento de um novo medicamento com visíveis vantagens econômicas seria prontamente aplicável, em especial ao facilitar o acesso do paciente ao produto.

Os resultados obtidos ainda precisam de verificações posteriores. Para elucidação, bem como delinear aspectos das diferenças da topoisomerase entre o parasita e eucariontes, a pesquisa ainda analisa uma seletividade de substâncias entre um possível hospedeiro, nesse caso o homem e o parasita. Em função disso, tem-se direcionado também para o isolamento do k DNA e da topo II da leishmania e o cruzamento de testes com essas mesmas substâncias. Se for comprovado que as substâncias não agiram na atividade da topo humana, estas podem ser eficientes na inibição do parasita da doença.

Saiba mais sobre este estudo no [Pesquisa Saúde \(www.saude.gov.br/pesquisasaude\)](http://www.saude.gov.br/pesquisasaude).

Título: Novos alvos terapêuticos para doenças negligenciadas: inibição seletiva de topoisomerasas de Leishmania SP

Instituição: Universidade Federal da Paraíba

Coordenador: Creusione Figueredo dos Santos

Contato: cfsantos@dbm.ufpb.br

Pesquisa avalia ações do Saúde da Família na prevenção da tuberculose

A tuberculose é uma das doenças infecciosas mais antigas e um sério problema da saúde pública, com profundas raízes sociais. Sendo assim, é de extrema relevância avaliar o alcance de ações públicas na organização dos serviços de saúde e o impacto do trabalho das equipes no controle e prevenção da tuberculose. E é justamente este o tema do estudo da UFPB, com a coordenação da pesquisadora Jordana de Almeida Nogueira.

O projeto foi desenvolvido em dois municípios eleitos pelo Ministério da Saúde como prioritários no controle da doença na Paraíba (Bayeux e Santa Rita), com o propósito de avaliar as dimensões organizacionais e de desempenho dos serviços de atenção básica. Além disso, buscou identificar, segundo a visão de profissionais de saúde, usuários e gestores, as potencialidades e as fragilidades para o desenvolvimento destas ações.

A abordagem foi feita por meio de distintos métodos de abordagem (quanti-qualitativa). Para avaliação dos componentes estruturais (acesso, formação profissional, elenco de serviços) foi utilizado instrumento baseado na avaliação rápida da organização e desempenho dos serviços da atenção básica. Para avaliação do desempenho (vínculo, coordenação, enfoque na família e orientação na comunidade) foram empregadas técnicas de investigação: grupo focal, história oral e entrevista semi-estruturada.

Em uma avaliação geral, o acompanhamento dos casos de tuberculose está sendo realizado de forma descentralizada, mas

o tratamento supervisionado vem sendo consolidado na prática das equipes. A vacinação BCG não é oferecida, estando disponível em apenas algumas unidades, e o teste tuberculínico (PPD) não é realizado, exigindo deslocamento do usuário para serviços de referência. Além disso, o estudo comprovou que há demora na entrega dos resultados dos exames, falta de capacitação das equipes de saúde, rotatividade dos profissionais, entre outros.

No entanto, as equipes apontam como potencialidade a garantia de insumos para coleta de escarro e o abastecimento regular de medicações. Elas argumentam que não contam com benefícios - cesta básica, vale-transporte e auxílio-alimentação - como incentivo para

promover maior adesão dos usuários ao tratamento. Para o paciente, o Agente Comunitário de Saúde (ACS) ocupa um lugar de destaque na atenção ao usuário e à família, mas a falta de informação do paciente quanto ao diagnóstico fragiliza o vínculo dele com a equipe de saúde no processo terapêutico.

Na visão dos gestores, o acúmulo de funções dos coordenadores e a rotatividade dos profissionais de saúde fragiliza e interrompe as iniciativas de formação de recursos humanos, dificultando o bom desempenho da gestão municipal. Outra queixa é que não há preocupação em planejar novas estratégias para qualificar as ações e repensar o que seria indispensável para o paciente com tuberculose.



Fotos: Radilson Gomes/MS



Saiba mais sobre este estudo no Pesquisa Saúde (www.saude.gov.br/pesquisasaude).

Título: Avaliação das dimensões organizacionais e de desempenho das equipes de Saúde da Família no controle da TB em dois municípios da região metropolitana da Paraíba

Instituição: Universidade Federal da Paraíba

Coordenadora: Jordana de Almeida Nogueira

Contato: jal_nogueira@yahoo.com.br

Substituição de antibióticos por produtos naturais é tema de pesquisa na Paraíba

Diante do alarmante problema da resistência microbiana aos antibióticos, as plantas medicinais têm sido nas últimas décadas objeto de intensos estudos farmacológicos. E é justamente isso que a pesquisa da UFPB pretendeu estudar. O projeto tentou identificar novas estruturas que teriam diferentes modos de ação, diminuindo assim a chance de resistência cruzada. No estudo, uma abordagem para as investigações biológicas foi a seleção de espécies que já são usadas pela medicina tradicional.

Segundo o coordenador da pesquisa José Pinto de Siqueira Júnior, estamos vivenciando um estranho período da história médica. “Por um lado, doenças infecciosas ainda são um flagelo, não só nos países em desenvolvimento. Por outro, a indústria farmacêutica vem reduzindo seus esforços para o desenvolvimento de novos antibióticos. De qualquer forma, muitos antibióticos já não são mais suficientes para conter o fardo das doenças infecciosas pelo mundo”, destacou Siqueira.

De acordo com a pesquisa, os produtos naturais com atividade antibacteriana (ou que venham a apresentá-la) podem ser utilizados não apenas na terapia de doenças de etiologia bacteriana, mas também como anti-sépticos de uso externo e como preservativos de alimentos. No projeto, a avaliação da atividade antibacteriana foi apenas uma etapa preliminar para a avaliação de produtos naturais de origem vegetal como agentes modificadores da atividade antibiótica. A pesquisa concentrou-se nos produtos com *Staphylococcus aureus*, *Mycobacterium tuberculosis*, leveduras e fungos filamentosos patogênicos.

Os resultados até agora obtidos comprovaram a importância da avaliação da atividade antimicrobiana de produtos naturais de origem vegetal, principalmente aqueles já usados na medicina popular ou aqueles com potencial terapêutico.



Saiba mais sobre este estudo no [Pesquisa Saúde](http://PesquisaSaude.gov.br) (www.saude.gov.br/pesquisasaude).

Título: Avaliação das atividades antimicrobiana e moduladora da resistência a drogas de produtos naturais de origem vegetal em *Staphylococcus aureus*, *Mycobacterium tuberculosis* e leveduras e fungos filamentosos patogênicos

Instituição: Universidade Federal da Paraíba

Coordenador: José Pinto de Siqueira Júnior

Contato: jpsiq@uol.com.br



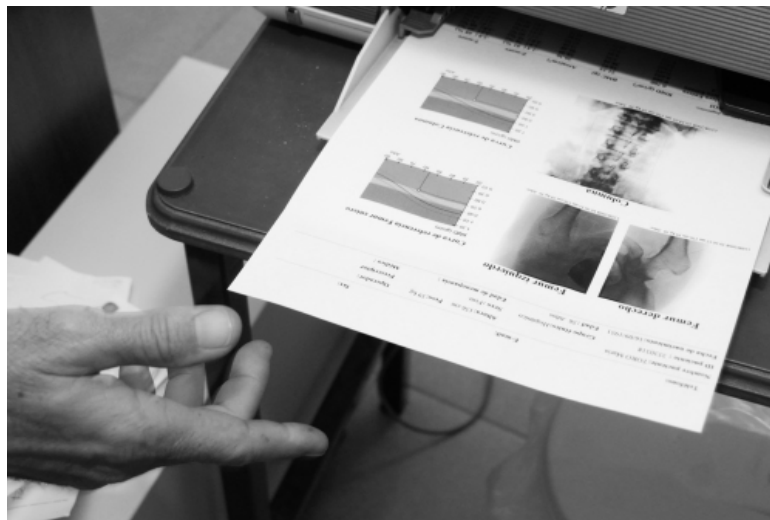
Saúde da Criança e do Adolescente

Projeto associa mortalidade de adolescentes por causas externas a lesões maxilares

Conhecer o perfil de morbi-mortalidade infantil por causas externas possibilita aos planejadores e executores de políticas públicas definir em bases concretas as ações que deveriam ser prioritárias para a prevenção e atenção às vítimas dessas causas. Desta forma, uma pesquisa desenvolvida pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em parceria com o Núcleo de Medicina e Odontologia Legal de Campina Grande, buscou caracterizar o perfil da criança e do adolescente vitimado por causas externas e a existência de lesões nos maxilares nesses pacientes.

No projeto, foram examinados mais de 11 mil laudos correspondentes ao período de 2003 a 2008, sendo utilizada a CID-10 para classificar as causas externas de mortalidade. Houve uma predominância do sexo masculino (75%) e, no que se refere à idade, a maioria dos participantes estavam na faixa de 14 a 18 anos (61%). Quanto ao tipo de causa responsável pelo óbito, foi identificada maior quantidade de casos de acidentes de transporte (33,1%), ferimentos por arma de fogo (23,1%) e afogamentos (21,3%). Dentre os acidentes de transporte, identificou-se maior envolvimento de pedestres (39%).

Em relação ao local do corpo, as mais afetadas foram as regiões da cabeça e da face, com 8,4% das vítimas com fraturas no complexo maxilofacial, sendo a mandíbula o osso



mais atingido. As vítimas de acidentes de transporte apresentaram cinco vezes mais chances de sofrerem fraturas faciais. Mais de 10% das crianças e dos adolescentes apresentavam lesões na cavidade bucal, com predominância nos tecidos moles (lábios, língua e mucosa). Foram observadas ainda lesões dentárias, principalmente as fraturas nos incisivos.

Para o coordenador da pesquisa, o professor Alessandro Leite Cavalcanti, os resultados obtidos revelaram-se de grande importância uma vez que proporcionaram um novo campo de conhecimentos e estudos para as áreas de odontologia e saúde pública. Além disso, o conhecimento das lesões, sobretudo as que levam ao óbito, favorecem a ampliação e a alocação de recursos para o desenvolvimento de novos estudos nessa área.

Saiba mais sobre este estudo no Pesquisa Saúde (www.saude.gov.br/pesquisasaude).



Título: Mortalidade em crianças e adolescentes por causas externas e sua relação com lesões no complexo maxilofacial

Instituição: Universidade Estadual da Paraíba

Coordenador: Alessandro Leite Cavalcanti

Contato: alessandrouepb@hotmail.com; dralessandro@ibest.com.br

Saúde da Mulher

Caminhada é boa estratégia para condicionamento físico de gestantes

Estudo da Universidade Estadual da Paraíba (UEPP) pesquisou, a partir de ensaios clínicos, o impacto da prática de atividades físicas em gestantes no primeiro trimestre de gestação. Os grupos foram divididos a partir de exercícios aeróbicos, caminhada ou grupo-controle (sem atividade física supervisionada). O objetivo principal foi avaliar a caminhada como fator de proteção para o ganho de peso excessivo materno e investigar a sua repercussão no peso ao nascer e na retenção de peso pós-parto.

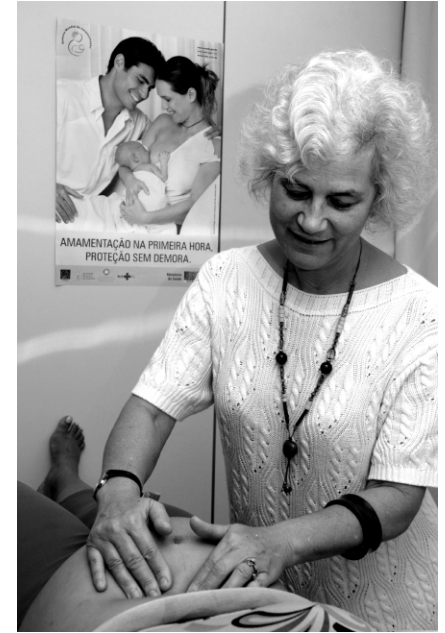
Para a coordenadora do projeto, a professora Maria Aparecida Alves Cardoso, a prática rotineira de exercício físico, em especial a caminhada, durante a gravidez pode contribuir para o controle do ganho de peso materno. A professora destacou a importância do projeto para a saúde pública, pois estudos vêm demonstrando que algumas doenças do adulto podem ter origem intra-uterina, e que o ganho de peso inadequado desempenha um importante papel na etiologia de algumas destas doenças, como diabetes mellitus, doença coronariana e obesidade.



As gestantes foram captadas no início da gestação e dois grupos realizaram exercício físico supervisionado. O terceiro (controle) não realizou nenhum tipo de exercício. Todas as gestantes foram acompanhadas a cada quatro semanas para avaliação do crescimento fetal, aferição do peso materno, medidas das pregas cutâneas, além do perímetro braquial. Além disso, as participantes responderam formulários-padrão, pré-codificados para a criação de banco de dados eletrônico, com questões sócio-econômicas, biológicas e obstétricas. Os recém-nascidos foram avaliados ao nascimento e com 15 dias de vida.

O desenho do estudo - ensaio clínico randomizado - foi escolhido por se tratar de padrão para testar intervenções. O projeto abrangeu 124 gestantes atendidas pelo Programa de Saúde da Família no município de Campina Grande (PB). As gestantes realizavam caminhadas supervisionadas por educadores físicos e estudantes de cursos de graduação da área de saúde três vezes por semana e a intensidade da caminhada era monitorizada por meio de frequencímetro. A pressão arterial era aferida antes e depois da caminhada, além da avaliação do estado nutricional e do consumo alimentar.

De acordo com os resultados, observou-se um hábito alimentar semelhante no início e no final da gestação. Os alimentos que apresentaram um maior consumo diário, na 13ª e 36ª semana, respectivamente, foram os grupos de carboidratos e leguminosas; como arroz, feijão e pão. As verduras apresentaram um consumo diário em 42% na 13ª semana e 41,7% na 36ª semana. A ingestão de pelo menos uma fruta, diariamente, foi relatada por 40,2% na 13ª semana e 44,4% na 36ª semana de gestação. Com relação ao consumo das proteínas, o alimento



mais frequente, diariamente, foi o ovo.

No grupo de bebidas, mais de 90% negam o uso de bebidas alcoólicas e mais de 70% têm o hábito de tomar café com açúcar diariamente. Com relação ao estado nutricional na 13ª semana, 27,6% apresentavam baixo peso, 48,3% eutrofia, e 24,2% encontravam-se acima do peso. Na 36ª semana foi observado um percentual maior de distúrbios nutricionais, visto que 32,8% eram de baixo peso e 38% estavam com peso elevado.

Segundo a coordenadora do projeto, apesar dos dados ainda serem parciais, uma vez que a amostra teve de ser aumentada e as últimas mulheres ainda estão finalizando a gravidez, observou-se uma melhora significativa no condicionamento físico e uma redução na velocidade do ganho de peso na gestação. “Até o momento podemos concluir que a caminhada durante a gravidez é segura para a mãe e para o feto e constitui importante recurso no controle do ganho ponderal excessivo”, afirmou a professora.

Saiba mais sobre este estudo no Pesquisa Saúde (www.saude.gov.br/pesquisasaude).

Título: Efeito do exercício físico durante a gravidez sobre a composição corporal materna e do recém-nascido: ensaio clínico randomizado

Instituição: Universidade Federal da Paraíba

Coordenadora: Maria Aparecida Alves Cardoso

Contato: maria.card@uol.com.br

Saúde do Idoso

Idosos com doenças crônicas é foco de pesquisa na Paraíba

Os problemas de saúde nos mais velhos são crônicos e múltiplos. Cerca de 80% apresenta, pelo menos, uma doença crônica e 10% possui cinco ou mais destas patologias simultaneamente. A abordagem médica tradicional está focalizada no tratamento agudo das doenças, ao invés da prevenção e reabilitação. Desta forma, a pesquisa, coordenada pela professora da UEPB Maria do Carmo Eulalio, surgiu da necessidade de avaliar a qualidade de vida dos idosos portadores de Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC), diabetes mellitus (DM) e hipertensão arterial sistêmica (HAS).

A amostra foi não-probabilística e o critério de abordagem se deu por acessibilidade, composta por pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, de ambos os sexos, sendo todos usuários do SUS em Campina Grande (PB). Os instrumentos de coleta de dados foram: questionário sócio-demográfico, questionário Saint George na doença respiratória - apenas para os DPOC - e entrevista semi-diretiva. No segundo momento da pesquisa, também foram utilizadas oficinas de memória e cuidado para trabalhar a percepção dos idosos sobre sua saúde.

De acordo com os resultados encontrados, mais de 70% da população idosa da Paraíba é composta pelo sexo feminino (74%). A explicação para a feminização da velhice está vinculada ao fato de que os homens morrem mais cedo, pois as mulheres apresentam maior expectativa de vida. Mais de 60% dos idosos moram com três ou mais pessoas. Segundo a pesquisa, esse dado pode estar relacionado à incapacidade imposta pela doença e à necessidade de que os familiares assumam a função de cuidadores.

O aspecto religioso foi muito enfatizado durante a pesquisa, de forma que 98% demonstraram afinidade com algum tipo de atividade ou prática religiosa. A religião declarada pelos pesquisados foi, em sua maioria, a católica (65%), seguida pela evangélica (28%).

Dentre as consequências atribuídas às doenças crônicas, a maior frequência dos discursos relacionou-se aos aspectos físicos (13,7%). Os idosos queixaram-se mais fortemente das limitações nas atividades da vida diária, da dependência e do mal-estar proveniente da doença. Para os profissionais da saúde, o treinamento físico é considerado primordial, pois melhora a eficiência e a capacidade do sistema de captação, transporte e metabolização dos gases respiratórios, aumentando o consumo máximo de oxigênio.



Entre a maioria dos idosos, existe um sentimento de tristeza em torno da sua doença. A “necessidade de controle” refere-se à contenção de seus próprios desejos alimentares e à necessidade de ingestão de medicamentos. Por isso, a manutenção da capacidade funcional, mesmo com o advento da doença crônica, é de extrema importância.

Durante a coleta de dados, inúmeras dificuldades foram encontradas para abordar os idosos com diagnóstico positivo apenas para diabetes mellitus. A grande maioria (94%) era diabético e tinha duas ou mais doenças, em especial a hipertensão arterial sistêmica. Esta constatação comprova os dados recentes do IBGE (2003), os quais afirmam que aproximadamente 9,7 milhões de pessoas nesta faixa etária possuem três ou mais doenças crônicas.

A pesquisa concluiu que é essencial o fortalecimento de programas de tratamento multi e interdisciplinares, que visem às ações educativas na promoção à saúde e na qualidade de vida. “Percebe-se que programas baseados apenas no tratamento medicamentoso são insuficientes para a manutenção de uma boa qualidade de vida”, afirma a coordenadora do projeto, Maria do Carmo.

Para a professora, a doença crônica implica em (re)organizações e (re)adaptações nos hábitos de vida dos idosos em função do cuidado e controle de sua saúde e de seu bem-estar. “Mudanças no estilo de vida muitas vezes são mais difíceis do que tratamentos medicamentosos. Daí a necessidade de trabalhar nesse aspecto”, enfatizou a pesquisadora.

Saiba mais sobre este estudo no [Pesquisa Saúde \(www.saude.gov.br/pesquisasaude\)](http://www.saude.gov.br/pesquisasaude).

Título: Avaliação da qualidade de vida de idosos usuários dos SUS e portadores de doenças crônicas: Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC), Diabetes Mellitus (DM) e Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS)

Instituição: Universidade Federal da Paraíba

Coordenadora: Maria do Carmo Eulalio

Contato: carmitaoulalio@terra.com.br

Portadores de Necessidades Especiais

Dificuldades de pessoas com deficiência são as mesmas na capital e no interior da PB

Mesmo depois de mais de duas décadas de criação do Sistema Único de Saúde (SUS), ainda se sabe pouco sobre como a população com deficiência se beneficia dos serviços da rede e se esta é efetivamente atingida por políticas públicas, em especial, nas regiões menos favorecidas sócio-economicamente. Sendo assim, uma pesquisa da UFPB se propôs a compreender os aspectos que facilitam e dificultam a acessibilidade das pessoas com deficiência ao SUS em municípios do litoral paraibano.

O estudo descritivo de campo foi composto por amostra aleatória de 523 pessoas com deficiência ou restrição permanente de mobilidade residentes na capital João Pessoa e de 329 pessoas com deficiência em municípios de Cabedelo, Mamanguape e Rio Tinto, no litoral norte do Estado.

A pesquisa constatou que, em todos os municípios estudados, as pessoas com deficiência possuíam um nível de escolaridade muito baixo, sendo a maioria analfabeta ou apenas alfabetizada (mais de 70% da amostra). Além disso, mais de 85% dos entrevistados não possuíam plano de saúde privado, nem tinham condições financeiras para realizar consultas particulares, pois estes possuíam rendimento igual ou inferior a um salário mínimo (90%).

Ao analisar estes dados, percebeu-se que as possibilidades de autonomia das pessoas com deficiência nos municípios estudados encontram-se bastante limitadas. Além disso, elas não possuem formação para desenvolverem

atividades profissionais adaptadas às suas capacidades, necessitando dos benefícios sociais prestados pelo governo. Nos municípios litorâneos, mais de 90% dos entrevistados recebiam algum benefício do governo. Em João Pessoa, esta parcela foi de 75%.

Também observou-se na capital que a deficiência mais prevalente foi a física (40%), sendo grande parte delas decorrentes de seqüelas de acidente vascular cerebral (AVC). Outro dado bastante preocupante é referente ao acesso a serviços de reabilitação. Mais de 80% da amostra em todos os municípios estudados não realizavam tratamentos de reabilitação. A ausência desses cuidados pode levar ao agravamento do quadro e, conseqüentemente, a mais gastos com saúde pelo Estado.

As pessoas com deficiência física encontraram dificuldades para desenvolver sua interação social devido, principalmente, à dificuldade de locomoção. Mais de 60% dos entrevistados afirmaram que não há meios suficientes e apropriados para diminuir os obstáculos físicos no caminho de suas residências aos locais onde recebem atendimento de saúde. Este dado é mais grave para os usuários do Litoral Norte, onde 72,3% disseram não existir tais facilitadores.

Segundo a coordenadora do projeto, a professora Simone Alves, as pessoas com deficiência desejam viver de forma independente, maximizando a sua saúde e bem-estar, mas em grande parte dos casos, estas não possuem equipamentos auxiliares

nem meios de transportes apropriados que possibilitem a eliminação das barreiras. “A escassez de recursos para o deslocamento e a dificuldade de locomoção limitam a capacidade das pessoas com deficiência a buscarem assistência nos serviços de saúde”, afirma Simone. Desta forma, a pesquisa sugeriu um adequado planejamento dos espaços físicos, do ambiente externo e dos serviços de transporte para minimizar tais obstáculos e garantir o direito à saúde das pessoas com deficiência, favorecendo sua movimentação com autonomia e segurança.

Saiba mais sobre este estudo no Pesquisa Saúde (www.saude.gov.br/pesquisasaude).



Título: Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ao Sistema Único de Saúde (SUS) em municípios

Instituição: Universidade Federal da Paraíba

Coordenadora: Simone Bezerra Alves

Contato: simonea@gmail.com

Sistemas e políticas

Pesquisa avalia descentralização da Atenção Básica na Paraíba

Pesquisa realizada pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) analisou se o princípio da integralidade do Sistema Único de Saúde (SUS) auxilia na organização dos estabelecimentos de saúde e na relação entre as esferas municipal e estadual de gestão. Para isso, o projeto avaliou o fluxo da população usuária e teve como universo analisado membros da equipe de atenção básica e gestão de municípios da Paraíba.

Como procedimento de coleta de dados na pesquisa de campo, foram utilizados a análise documental e a entrevista semi-estruturada. Os 48 municípios que participaram do estudo compõem os 12 Núcleos Regionais de Saúde e representam todas as regionais. Para a análise documental, foram utilizados documentos elaborados pela Secretaria Estadual de Saúde sobre as regiões selecionadas e também informações de gestão.

De acordo com os documentos técnicos da Secretaria, alguns fatores dificultantes foram apontados, como a fragilidade na organização da atenção básica nos municípios, gerando demanda extra para outros níveis de complexidade; dificuldade no acesso para garantir integralidade das ações e ingerência política na prestação dos serviços; falta de estrutura nos municípios pólos e recursos financeiros insuficientes.

Após as 171 entrevistas, foi constatado que vários municípios têm adotado estratégias para facilitar o acesso na atenção básica, a exemplo das unidades âncoras na zona rural. No entanto, ainda existe grande dificuldade na referência para maiores complexidades, pois a pactuação encontra-se desatualizada. Algumas alternativas, como os consórcios intermunicipais e a descentralização a partir do matriciamento (planejamento da organização dos serviços), têm garantido uma melhor oferta de serviços especializados.

Além disto, a informatização da rede tem colaborado na marcação das consultas.

A pesquisa concluiu que o fluxo de usuários no estado da Paraíba não favorece a integralidade do cuidado em saúde e, apesar das iniciativas de alguns municípios, é necessário rediscutir o sistema de referência e contra-referência. A falta de comunicação entre os diferentes pontos da atenção torna o repasse das informações dependente do relato dos pacientes. Além disso, os diferentes níveis de complexidade parecem estar desarticulados, prejudicando a continuidade da assistência ao longo da rede de serviços.

Como sugestões, o projeto apontou, dentre outras, a modernização da rede de marcação de consultas; a efetivação dos sistemas de controle e avaliação da atenção, com participação popular e do controle social; e a oferta de cursos de educação permanente em saúde.

Saiba mais sobre este estudo no [Pesquisa Saúde \(www.saude.gov.br/pesquisasaude\)](http://www.saude.gov.br/pesquisasaude).



Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

- I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;**
- II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;**
- III - participação da comunidade.**

Título: Avaliação do fluxo de usuários no estado da Paraíba: discutindo a atenção básica na perspectiva da integralidade do cuidado em saúde no SUS

Instituição: Universidade Federal da Paraíba

Coordenadora: Ana Maria Gondim Valença

Contato: anaval@terra.com.br

Projeto avalia Programa de Saúde da Família em área rural da Paraíba

O objetivo principal do estudo foi a formulação de uma escala de avaliação a ser utilizada por gestores do sistema para a identificação de fatores que atuem de forma positiva e negativa em cada unidade de saúde. Com esta escala, o gestor pode fazer um diagnóstico rápido dos principais entraves de funcionamento do programa no município e até no estado ou país. O estudo também avalia a percepção dos não-usuários sobre o Programa de Saúde da Família (PSF) em cidades localizadas na área rural da Paraíba.

Os pequenos municípios são muito pouco estudados e existe grande carência de informações sobre estas regiões. A Paraíba possui 223 municípios, destes, 146 são considerados rurais e abrigam 45% da população, cerca de 1 milhão de paraibanos. Um estudo que envolva este grupo é fundamental para verificar a saúde da população e os impactos epidemiológico, comportamental e sócio-cultural nas famílias.

Participaram no total mais de 3 mil pessoas de ambos os sexos, jovens adultos e idosos, de 40 municípios com menos de 25 mil habitantes do Estado da Paraíba. As conclusões foram de que o funcionamento dos programas de Saúde da Família é precário, os gestores e os funcionários recebem pouca capacitação e a população de tão insatisfeita, mesmo sendo constituída por pessoas

de baixa renda, quando pode, busca atendimento privado.

Os representantes municipais de saúde apresentaram, no geral, um perfil pouco adequado às atividades de gestão de um sistema tão complexo como o SUS, o que torna necessária e urgente a intensificação de investimentos, especialmente na formação técnica. Outro aspecto interessante é a intensificação dos cursos de capacitação, tanto para gestores quanto para conselheiros, a fim de possibilitar que estes tenham clareza dos seus papéis e funções.

Além disso, é necessário que os representantes conheçam e compreendam os aspectos legais do SUS. Segundo a pesquisa, especialmente os conselheiros, na maioria das vezes não têm acesso a essas informações. Assim, a política de

saúde no Brasil se configura como uma política de governo, e não de Estado. Esse predomínio da interferência política na gestão torna distante a consolidação de uma gestão democrática e compartilhada pela comunidade por meio da participação popular.

Segundo o coordenador da pesquisa, é certo que o SUS hoje tem se apresentado como um sistema fragmentado uma vez que as ações baseiam-se na crença de um SUS para os pobres, e não em um sistema destinado a todos.

Saiba mais sobre este estudo no [Pesquisa Saúde \(www.saude.gov.br/pesquisasaude\)](http://www.saude.gov.br/pesquisasaude).

A Paraíba possui **223** municípios, destes, 146 são considerados rurais e abrigam **45%** da população, cerca de 1 milhão de paraibanos

Título: Avaliação do programa de saúde da família na Paraíba: uma análise a partir da percepção dos não usuários do programa e dos gestores municipais de saúde

Instituição: Universidade Federal da Paraíba

Coordenador: Francisco José Batista de Albuquerque

Contato: frajoba@uol.com.br

Índice de matérias

Expediente

O Informe Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde é produzido pela Coordenação-Geral de Gestão do Conhecimento do Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, do Ministério da Saúde. O Informe conta com a cooperação técnica da Unidade Técnica de Medicamentos, Tecnologia e Pesquisa da Representação da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde no Brasil.

MINISTRO DA SAÚDE

José Gomes Temporão

SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

Reinaldo Guimarães

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Leonor Maria Pacheco Santos

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA

FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

José Miguel do Nascimento Júnior

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E INOVAÇÃO EM SAÚDE

Zich Moysés Júnior

COORDENADORA DE GESTÃO DO CONHECIMENTO

Gilvania Melo

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Cecília Melo (7967/DF)

EDIÇÃO

Nara Anchises (4752/DF)

DESIGN / DIAGRAMAÇÃO

Emerson êCello / Renata Guimarães e

Thainá Salviato

FOTOS

Radilson Gomes

CONTATO: decit@saude.gov.br

61 3315-3298 ou 3466

Ministério
da Saúde



GOVERNO FEDERAL

